



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica
Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 2922/2025.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 2025.

Processo nº **0898977-15.2025.8.19.0001**,
ajuizado por **A. M. E. D. S.**

A Autora, 60 anos, portadora de **rinossinusite crônica com polipose nasal**, decorrente de complicações de relação anatômica com estruturas da cabeça da região cervical, com possibilidades de evolução para celulite orbital, meningite, abscesso cerebral e orbital, tromboflebite de seio cavernoso e osteomielite dos ossos cranianos. A requerente foi submetida a polipectomia em 2023, porém houve recidiva dos pólipos. Informa-se também que a Autora faz uso de antibioticoterapia e corticoides oral e tópico para melhora dos sintomas. Em consonância com os documentos médicos acostados aos autos, consta prescrito o medicamento **Dupilumabe 300mg** – aplicar 2 frasco-ampolas na primeira dose e após somente um frasco a cada duas semanas, uso contínuo. (Num. 208135592 - Págs. 1 a 8).

Desse modo, informa-se que o medicamento pleiteado **Dupilumabe 300mg** está indicado em bula¹ para o manejo do quadro clínico apresentado pela Autora - **rinossinusite crônica com polipose**, conforme relato médico.

O medicamento **Dupilumabe** possui registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), contudo ainda não foi avaliado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC)² para o tratamento de **rinossinusite crônica com polipose nasal**.

O **dupilumabe** não foi incorporado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC)³ para o tratamento de rinossinusite crônica com polipose nasal⁴.

O medicamento **Dupilumabe 300mg** não integra uma lista oficial de medicamentos (Componentes Básico, Estratégico e Especializado), para dispensação no SUS, no âmbito do Município e do Estado do Rio de Janeiro, não cabendo em seu fornecimento em nenhuma esfera do SUS.

Tendo em vista o caso em tela informa-se que ainda não há Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT)⁵ publicado para o manejo de **rinossinusite crônica com polipose**.

¹Bula do medicamento Dupilumabe (Dupixent®) por Sanofi Medley Farmacêutica Ltda. Disponível em: <<https://consultas.anvisa.gov.br/#/bulario/q/?nomeProduto=Dupixent>>. Acesso em: 12 jun. 2025

²BRASIL. Ministério da Saúde. Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS – CONITEC. Tecnologias demandadas. Disponível em: <<https://www.gov.br/conitec/pt-br/assuntos/avaliacao-de-tecnologias-em-saude/tecnologias-demandadas>>. Acesso em: 12 jun. 2025

³BRASIL. Ministério da Saúde. Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS – CONITEC. Tecnologias demandadas. Disponível em: <<https://www.gov.br/conitec/pt-br/assuntos/avaliacao-de-tecnologias-em-saude/tecnologias-demandadas>>. Acesso em: 28 jul. 2025

⁴Diário oficial da União. Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o dupilumabe para o tratamento da asma grave com fenótipo T2 alto alérgica, não controlada apesar do uso de corticosteroide inalatório associado a b2 agonista de longa duração, conforme Protocolo Clínico do Ministério da Saúde. PORTARIA SECTICS/MS Nº 3, de 31 de JANEIRO de 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/conitec/pt-br/midias/relatorios/portaria/2025/portaria-sectics-ms-no-3-de-31-de-janeiro-de-2025>. Acesso: 28 jul. 2025

⁵Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS – CONITEC. Disponível em: <<https://www.gov.br/conitec/pt-br/assuntos/avaliacao-de-tecnologias-em-saude/protocolos-clinicos-e-diretrizes-terapeuticas>>. Acesso em: 28 jul. 2025



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

e, portanto, **não há lista oficial e específica de medicamentos que possam ser implementados nestas circunstâncias.**

No que concerne ao valor do medicamento pleiteado, no Brasil para um medicamento ser comercializado no país é preciso obter o registro sanitário na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e a autorização de preço máximo pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED)⁶.

De acordo com publicação da CMED⁷, o Preço Fábrica (PF) deve ser utilizado como referência quando a aquisição dos medicamentos não for determinada por ordem judicial e os medicamentos não se encontrarem relacionados no rol anexo ao Comunicado nº 6, de 2013, que regulamenta o artigo 4º da Resolução nº 3 de 2011, e o **Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG)** é utilizado como referência quando a compra for motivada por ordem judicial, e sempre que a aquisição contemplar medicamentos relacionados no rol anexo ao Comunicado nº 6, de 2013.

Assim, considerando a regulamentação vigente, em consulta a Tabela de Preços CMED, o **Dupilumabe 150mg/ml** (Dupixent®) solução injetável 2 seringas possuem preço máximo de venda ao governo R\$ 6.329,62, para o ICMS de 0%⁷.

É o parecer.

Ao 1º Juizado Especial de Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, para conhecer e tomar as providências que entender cabíveis.

JOSE FRANKLIN DA ROCHA NETO

Farmacêutico
CRF-RJ 12.941
ID: 700361

ALINE PEREIRA DA SILVA

Farmacêutica
CRF-RJ 13065
ID: 4.391.364-4

FLÁVIO AFONSO BADARÓ

Assessor-chefe
CRF-RJ 10.277
ID: 436.475-02

⁶BRASIL Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Medicamentos. Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). Disponível em: <<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/medicamentos/cmed/precos>>. Acesso em: 28 jul. 2025

⁷BRASIL Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Medicamentos. Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/medicamentos/cmed/precos/arquivos/pdf_conformidade_gov_20240314_190813381.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2025